



Klabin S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 89.637.490/0001-45 – NIRE 35.300.188.349

Klabin

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada no dia 31 de janeiro de 2017, às 10:00 horas

Na data e hora acima citadas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.600, 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Klabin S.A. ("Companhia"). Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho, Presidente do Conselho de Administração, convidando a Sra. Rosa Maria dos Santos Galvão para secretária-lo. Constatando haver a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo dispensada convocação, declarou iniciada a reunião que fora convocada para deliberar sobre: **(i)** a aprovação dos termos e condições da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, para colocação privada, da Companhia ("Emissão") e "Debêntures", respectivamente), no valor total de R\$ 945.000.000,00 (novecentos e quarenta e cinco milhões de reais); **(ii)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures e dos certificados de recebíveis do agronegócio de emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Securitizadora"), que serão emitidos com lastro nas Debêntures ("CRA"), a serem objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada e Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004 ("Oferta"), incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos: **(a)** o "Instrumento Particular de Escritura da 8ª (oitava) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em Série Única, para Colocação Privada, da Klabin S.A." a ser celebrado entre a Companhia e a Eco Consult - Consultoria de Operações Financeira Agropecuárias Ltda., na qualidade de subscritor das Debêntures ("Debenturista Inicial") e, na qualidade de intervenientes anuentes, a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("Agente Fiduciário") e "Escritura de Emissão", respectivamente); **(b)** o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Sob o Regime de Garantia Firme de Distribuição, da 105ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, a Securitizadora, o Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., o BB Banco de Investimento S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto "Coordenadores") e a Debenturista Inicial ("Contrato de Distribuição"); e **(c)** o "Contrato de Aquisição e Transferência de Debêntures e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, o Debenturista Inicial e a Securitizadora ("Contrato de Aquisição"); e **(iii)** a autorização e ratificação à Diretoria da Companhia para praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação e à realização da Emissão das Debêntures e da oferta dos CRA, bem como à formalização das matérias tratadas nos itens (i) e (ii) acima. Prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em discussão e, em seguida, em votação, as matérias da ordem do dia que, por unanimidade de votos, aprovaram, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue: **(i)** Autorizar a realização da Emissão e a celebração pela Companhia, na qualidade de emissora, da Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas no âmbito da Escritura de Emissão: **(a) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 945.000.000,00 (novecentos e quarenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido), observado que tal valor poderá ser reduzido a até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), caso a Debenturista Inicial, previamente à subscrição das Debêntures, demonstre a intenção de não subscrever determinada quantidade de Debêntures, as quais serão canceladas; **(b) Número da Emissão:** A 8ª (oitava) emissão de debêntures da Companhia; **(c) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(d) Quantidade:** Serão emitidas 945.000 (novecentos e quarenta e cinco mil) Debêntures, observada a possibilidade da Debenturista Inicial manifestar, previamente à subscrição das Debêntures, a intenção de não subscrever determinada quantidade de Debêntures, as quais serão canceladas; **(e) Destinação de Recursos:** Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados às atividades no agronegócio da Companhia, no âmbito da silvicultura e da agricultura da Companhia, em especial por meio do emprego dos recursos em investimentos, custos e despesas relacionados com o florestamento, reflorestamento, aquisição de defensivos agrícolas, adubos, madeira, serviços de manejo de florestas e de logística integrada de transporte de madeira. **(f) Vinculação aos CRA:** Após a sua aquisição pela Securitizadora, nos termos do Contrato de Aquisição, as Debêntures serão vinculadas aos CRA objeto da 105ª série da 1ª emissão da Securitizadora, a serem distribuídos por meio da Oferta, no âmbito de securitização de créditos do agronegócio ("Securitização"), conforme previsto na Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada e na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, e no "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 105ª Série da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.". **(g) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(h) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 27 de março de 2017 ("Data de Emissão"); **(i) Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador das Debêntures; **(j) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfica, sem garantia, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Companhia em particular para garantia da Debenturista em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures; **(k) Data de Vencimento:** A data de vencimento das Debêntures será 25 de março de 2022 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado, nos termos da Escritura de Emissão; **(l) Repactuação Programada:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(m) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Integralização"), por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outra forma de transferência eletrônica de recursos financeiros, na data de integralização dos CRA ("Data de Integralização") na conta corrente nº 01932-2, agência 0910, de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. (nº 341). As Debêntures que eventualmente não forem subscritas e integralizadas na Data de Integralização, ou caso a Debenturista Inicial manifeste, previamente a subscrição das Debêntures, que não tem a intenção de subscrever determinada quantidade de Debêntures, serão canceladas, devendo a Companhia e a Securitizadora celebrar aditamento à Escritura, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data de Integralização, o qual fica desde já aprovado pela Companhia, para formalizar a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas e o Valor Total da Emissão; **(n) Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas, realizar resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, que só poderá ocorrer com observância cumulativa dos seguintes requisitos: (i) após transcorridos 24 (vinte e quatro) meses da Data de Integralização, e (ii) a Companhia, imediatamente antes ou simultaneamente ao resgate previsto na Escritura de Emissão, participe, na qualidade de devedora, coobrigada e/ou cedente, da emissão de certificados de recebíveis, de outro instrumento de securitização ou de instrumento de renda fixa, no âmbito do mercado de capitais brasileiro, direcionado ao mesmo público-alvo da presente Oferta, com vencimento posterior à Data de Vencimento, conforme definida acima; e (iii) no resgate previsto na Escritura de Emissão, a Companhia pagará, aos debenturistas, prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, além da Remuneração devida e não paga, calculada desde a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; **(o) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar amortização extraordinária facultativa da totalidade das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Em caso de Amortização Extraordinária Facultativa, que só poderá ocorrer com observância cumulativa dos seguintes requisitos: (i) após transcorridos 24 (vinte e quatro) meses da Data de Integralização; (ii) a Companhia, imediatamente antes ou simultaneamente à amortização prevista na Escritura de Emissão, participe, na qualidade de devedora, coobrigada e/ou cedente, da emissão de certificados de recebíveis, de outro instrumento de securitização ou de instrumento de renda fixa, no âmbito do mercado de capitais brasileiro, direcionado ao mesmo público alvo da presente Oferta, com vencimento posterior à Data de Vencimento, conforme definida acima; (iii) após a Amortização Extraordinária Facultativa, o saldo do valor do Valor Nominal das Debêntures totalize, no mínimo, R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e (iv) na amortização prevista na Escritura de Emissão, a Companhia pagará, aos debenturistas, prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e não paga, calculada desde a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data da Amortização Extraordinária Facultativa ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"); **(p) Resgate Antecipado Total:** Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da cláusula 10 da Escritura de Emissão, a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Total"). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo Resgate Antecipado Total ("Preço de Resgate"); **(q) Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A quantidade de Debêntures a serem resgatadas pela Companhia no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será proporcional à quantidade de CRA cujo titular tenha aderido à Oferta de Resgate Antecipado, conforme informado pela Securitizadora à Companhia, desconsiderando-se eventuais frações; **(r) Atualização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; **(s) Remuneração das Debêntures:** A partir da Data de Integralização, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, equivalentes a 98,00% (noventa e oito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP - Mercados Organizados ("CETIP"), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Remuneração"). A Diretoria da Companhia está desde já autorizada a reduzir a Remuneração, de comum acordo com a Securitizadora, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia, desde que tal alteração seja devidamente formalizada antes da Data de Integralização, mediante a celebração e registro do competente aditamento a Escritura de Emissão; **(t) Pagamento da Remuneração das Debêntures:** Os valores relativos à Remuneração deverão ser pagos semestralmente, a

partir da Data de Emissão, conforme planilha a ser prevista na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(u) Colocação:** As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores; **(v) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impuntualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial; **(w) Vencimento Antecipado Automático:** Observada os termos da Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interposição ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão serão declaradas antecipadamente vencidas, pelo que se exigirá da Companhia o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: **(a)** descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados de seu vencimento; **(b)** pedido de recuperação judicial, independente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; **(c)** extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros e não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia e/ou por qualquer de suas controladas; **(d)** declaração de vencimento antecipado de qualquer operação no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, no Brasil e/ou no exterior, não sanado no respectivo prazo de cura, da Companhia e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas (incluindo quaisquer emissões de debêntures), seja como parte ou como garantidora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas, respeitado seu respectivo prazo de cura; **(e)** inadimplemento de qualquer operação no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, no Brasil e/ou no exterior, não sanado no respectivo prazo de cura, da Companhia e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas (incluindo quaisquer emissões de debêntures), seja como parte ou como garantidora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas, respeitado seu respectivo prazo de cura, ou, caso não haja, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura de 2 (dois) Dias Úteis contados do inadimplemento; **(f)** redução de capital social da Companhia, exceto se (1) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (2) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pelos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; **(g)** (1) incorporação (de sociedades e/ou de ações) da Companhia por quaisquer terceiros; (2) fusão ou cisão da Companhia; e/ou (3) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia, ou a realização pela Companhia de qualquer reorganização societária, exceto (I) mediante prévia aprovação dos Titulares de CRA, reunidos em assembleia geral especialmente convocada com esse fim; (II) caso Klabin Irmãos & Cia. e/ou a Niblak Participações S.A. mantiverem o controle, direto e/ou indireto, sobre mais de 51% (cinquenta e um por cento) das ações de emissão da Companhia com direito a voto; (III) se tais eventos envolverem apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia; ou (IV) a sociedade sobrevivente da referida reorganização societária assuma expressamente as obrigações da Companhia na Escritura de Emissão; **(h)** aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita no item (e) acima; **(i)** distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, observados os prazos de cura aplicáveis, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; **(j)** transformação da forma societária da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222, da Lei das Sociedades por Ações; **(k)** se a Escritura de Emissão, o Contrato de Transferência de Debêntures, o Termo de Securitização, ou qualquer de suas disposições, for declarada inválida, ineficaz, nula ou inexequível, por qualquer lei ou decisão judicial ou sentença arbitral; **(l)** na hipótese de a Companhia e/ou qualquer de suas controladas praticar qualquer ato visando anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a Escritura de Emissão, o Contrato de Transferência de Debêntures, o Termo de Securitização, ou qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas; **(m)** caso a Escritura de Emissão, ou qualquer outro documento relacionado à operação de securitização envolvendo os CRA seja, por qualquer motivo, rescindido ou por qualquer outra forma extinto, observado que, no que se refere a prestadores de serviço, o vencimento antecipado previsto na Escritura de Emissão somente ocorrerá após transcorrido o prazo para substituição do prestador de serviço, no prazo previsto no respectivo contrato; ou **(n)** constituição pela Companhia, controladas e coligadas, ou em decorrência de dívida ou obrigação da Companhia, controladas e coligadas de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à Securitização. **(x) Vencimento Antecipado Não Automático:** Tão logo tome ciência de qualquer um dos eventos descritos abaixo pela Companhia ou por terceiros, a debenturista deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir da Companhia o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas, nas seguintes hipóteses, exceto se a assembleia geral de Titulares de CRA deliberar pela não declaração de seu vencimento antecipado: **(a)** descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis do referido vencimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico; **(b)** não cumprimento de qualquer decisão judicial final e irrevogável ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão, exceto se tiver oferecida em garantia da discussão judicial tempestivamente; **(c)** arresto, sequestro ou penhora de bens da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora o referido evento tiver sido sanado; **(d)** protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer de suas controladas cujo valor não pague, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado à Debenturista pela Companhia, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto; **(e)** não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, referida autorização ou licença estiver comprovadamente em processo de renovação ou se dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Companhia comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; **(f)** transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia das obrigações assumidas na Escritura de Emissão ou em qualquer documento da operação, sem a prévia anuência da Debenturista, a partir de consulta aos Titulares de CRA reunidos em assembleia geral, nos termos do Termo de Securitização, especialmente convocada para este fim; **(g)** mudança ou alteração do objeto social da Companhia de forma a alterar suas atuais atividades principais relacionadas ao agronegócio ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, salvo se aprovada previamente pela Debenturista e mantida sua característica de integrante da cadeia do agronegócio, parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 11.076; **(h)** expropriação, nacionalização, desapropriação ou qualquer aquisição compulsória, por qualquer autoridade governamental, da totalidade ou de parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Companhia; **(i)** violação pela Companhia e suas controladas, controladoras, coligadas, sociedades sob controle comum, bem como seus respectivos dirigentes, administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito em proveito de tais empresas, conforme reconhecido em decisão judicial, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento aplicável contra prática de atos de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada; **(j)** inobservância da legislação socioambiental em vigor, em especial, mas não se limitando, (1) à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como (2) ao incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou utilização em suas atividades mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo; **(k)** provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes, incompletas ou imprecisas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão; ou **(l)** venda, alienação e/ou transferência e/ou promessa de transferência de ativos da Companhia ou suas controladas que ultrapassem o valor, individual ou agregado, igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos ativos da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de período imediatamente anterior. **(ii)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures e dos CRA e realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos: **(a)** a Escritura de Emissão; **(b)** o Contrato de Distribuição; e **(c)** o Contrato de Aquisição. **(iii)** Autorizar quaisquer medidas tomadas e que venham a ser tomadas e/ou ratificar quaisquer negociações realizadas e/ou que venham a ser realizadas pela Diretoria da Companhia com relação a todos os termos e condições aplicáveis à emissão das Debêntures e à emissão dos CRA, bem como autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à emissão das Debêntures e à emissão dos CRA, que ainda não tenham sido praticados ou celebrados, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando a procurações, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados, inclusive para redução de taxa de juros das Debêntures e cancelamento de Debêntures que não forem integralizadas na Data de Integralização. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que foi lida e aprovada. São Paulo, 31 de janeiro de 2017. **Presença:** Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho, Presidente; Rosa Maria dos Santos Galvão, Secretária; Armando Klabin, Alberto Klabin, Celso Lafer, Daniel Miguel Klabin, Eduardo Lafer Piva, Hélio Seibel, Rui Manuel de Medeiros D'Espiney Patrício, Luis Eduardo Pereira de Carvalho, Roberto Klabin Martins Xavier, Roberto Luiz Leme Klabin, Vera Lafer, Rosa Maria dos Santos Galvão - Secretária da Reunião. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado que foi registrado sob nº 78.682/17-4, em 10/02/2017. (a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.





Klabin

Klabin S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 89.637.490/0001-45 – NIRE 35.300.188.349

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada no dia 31 de janeiro de 2017, às 10:00 horas

Na data e hora acima citadas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.600, 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Klabin S.A. ("Companhia"). Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho, Presidente do Conselho de Administração, convidando a Sra. Rosa Maria dos Santos Galvão para secretariá-lo. Constatando haver a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo dispensada convocação, declarou iniciada a reunião que fora convocada para deliberar sobre: **(I)** a aprovação dos termos e condições da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), no valor total de R\$ 945.000.000,00 (novecentos e quarenta e cinco milhões de reais); **(II)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures e dos certificados de recebíveis do agronegócio de emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Securitizadora"), que serão emitidos com lastro nas Debêntures ("CRA"), a serem objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada e Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004 ("Oferta"), incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos: **(a)** o "Instrumento Particular de Escritura da 8ª (oitava) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada, da Klabin S.A." a ser celebrado entre a Companhia e a Eco Consult - Consultoria de Operações Financeira Agropecuárias Ltda., na qualidade de subscritor das Debêntures ("Debenturista Inicial") e, na qualidade de intervenientes anuentes, a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão", respectivamente); **(b)** o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Sob o Regime de Garantia Firme de Distribuição, da 105ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, a Securitizadora, o Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., o BB Banco de Investimento S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto "Coordenadores") e a Debenturista Inicial ("Contrato de Distribuição"); e **(c)** o "Contrato de Aquisição e Transferência de Debêntures e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, o Debenturista Inicial e a Securitizadora ("Contrato de Aquisição"); e **(III)** a autorização e ratificação à Diretoria da Companhia para praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação e à realização da Emissão das Debêntures e da oferta dos CRA, bem como à formalização das matérias tratadas nos itens (i) e (ii) acima. Prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em discussão e, em seguida, em votação, as matérias da ordem do dia que, por unanimidade de votos, aprovaram, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue: **(I)** Autorizar a realização da Emissão e a celebração pela Companhia, na qualidade de emissora, da Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas no âmbito da Escritura de Emissão: **(a) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 945.000.000,00 (novecentos e quarenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido), observado que tal valor poderá ser reduzido a até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), caso a Debenturista Inicial, previamente à subscrição das Debêntures, demonstre a intenção de não subscrever determinada quantidade de Debêntures, as quais serão canceladas; **(b) Número da Emissão:** A 8ª (oitava) emissão de debêntures da Companhia; **(c) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(d) Quantidade:** Serão emitidas 945.000 (novecentos e quarenta e cinco mil) Debêntures, observada a possibilidade da Debenturista Inicial manifestar, previamente à subscrição das Debêntures, a intenção de não subscrever determinada quantidade de Debêntures, as quais serão canceladas; **(e) Destinação de Recursos:** Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados às atividades no agronegócio da Companhia, no âmbito da silvicultura e da agricultura da Companhia, em especial por meio do emprego dos recursos em investimentos, custos e despesas relacionados com o florestamento, reflorestamento, aquisição de defensivos agrícolas, adubos, madeira, serviços de manejo de florestas e de logística integrada de transporte de madeira; **(f) Vinculação aos CRA:** Após a sua aquisição pela Securitizadora, nos termos do Contrato de Aquisição, as Debêntures serão vinculadas aos CRA objeto da 105ª série da 1ª emissão da Securitizadora, a serem distribuídos por meio da Oferta, no âmbito de securitização de créditos do agronegócio ("Securitização"), conforme previsto na Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada e na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, e no "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 105ª Série da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.". **(g) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(h) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 27 de março de 2017 ("Data de Emissão"); **(i) Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador das Debêntures; **(j) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Companhia em particular para garantia da Debenturista em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures; **(k) Data de Vencimento:** A data de vencimento das Debêntures será 25 de março de 2022 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado, nos termos da Escritura de Emissão; **(l) Repactuação Programada:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(m) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Integralização"), por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outra forma de transferência eletrônica de recursos financeiros, na data de integralização dos CRA ("Data de Integralização") na conta corrente nº 01932-2, agência 0910, de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. (nº 341). As Debêntures que eventualmente não forem subscritas e integralizadas na Data de Integralização, ou caso a Debenturista Inicial manifeste, previamente a subscrição das Debêntures, que não tem a intenção de subscrever determinada quantidade de Debêntures, serão canceladas, devendo a Companhia e a Securitizadora celebrar aditamento à Escritura, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data de Integralização, o qual fica desde já aprovado pela Companhia, para formalizar a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas e o Valor Total da Emissão; **(n) Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas, realizar resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, que só poderá ocorrer com observância cumulativa dos seguintes requisitos: (i) após transcorridos 24 (vinte e quatro) meses da Data de Integralização, e (ii) a Companhia, imediatamente antes ou simultaneamente ao resgate previsto na Escritura de Emissão, participe, na qualidade de devedora, coobrigada e/ou cedente, da emissão de certificados de recebíveis, de outro instrumento de securitização ou de instrumento de renda fixa, no âmbito do mercado de capitais brasileiro, direcionado ao mesmo público-alvo da presente Oferta, com vencimento posterior à Data de Vencimento, conforme definida acima; e (iii) no resgate previsto na Escritura de Emissão, a Companhia pagará, aos debenturistas, prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, além da Remuneração devida e não paga, calculada desde a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; **(o) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas, realizar amortização extraordinária facultativa da totalidade das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Em caso de Amortização Extraordinária Facultativa, que só poderá ocorrer com observância cumulativa dos seguintes requisitos: (i) após transcorridos 24 (vinte e quatro) meses da Data de Integralização; (ii) a Companhia, imediatamente antes ou simultaneamente à amortização prevista na Escritura de Emissão, participe, na qualidade de devedora, coobrigada e/ou cedente, da emissão de certificados de recebíveis, de outro instrumento de securitização ou de instrumento de renda fixa, no âmbito do mercado de capitais brasileiro, direcionado ao mesmo público-alvo da presente Oferta, com vencimento posterior à Data de Vencimento, conforme definida acima; (iii) após a Amortização Extraordinária Facultativa, o saldo do valor do Valor Nominal das Debêntures totalize, no mínimo, R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e (iv) na amortização prevista na Escritura de Emissão, a Companhia pagará, aos debenturistas, prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e não paga, calculada desde a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data da Amortização Extraordinária Facultativa ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"); **(p) Resgate Antecipado Total:** Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da cláusula 10 da Escritura de Emissão, a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Total"). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo Resgate Antecipado Total ("Preço de Resgate"); **(q) Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A quantidade de Debêntures a serem resgatadas pela Companhia no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será proporcional à quantidade de CRA cujo titular tenha aderido à Oferta de Resgate Antecipado, conforme informado pela Securitizadora à Companhia, desconsiderando-se eventuais frações; **(r) Atualização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; **(s) Remuneração das Debêntures:** A partir da Data de Integralização, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, equivalentes a 98,00% (noventa e oito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP - Mercados Organizados ("CETIP"), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Remuneração"). A Diretoria da Companhia está desde já autorizada a reduzir a Remuneração, de comum acordo com a Securitizadora, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia, desde que tal alteração seja devidamente formalizada antes da Data de Integralização, mediante a celebração e registro do competente aditamento à Escritura de Emissão; **(t) Pagamento da Remuneração das Debêntures:** Os valores relativos à

Remuneração deverão ser pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, conforme planilha a ser prevista na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(u) Colocação:** As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores; **(v) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impropriedade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; **(w) Vencimento Antecipado Automático:** Observada os termos da Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão serão declaradas antecipadamente vencidas, pelo que se exigirá da Companhia o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: **(a)** descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados de seu vencimento; **(b)** pedido de recuperação judicial, independente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; **(c)** extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros e não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia e/ou por qualquer de suas controladas; **(d)** declaração de vencimento antecipado de qualquer operação no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, no Brasil e/ou no exterior, não sanado no respectivo prazo de cura, da Companhia e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas (incluindo quaisquer emissões de debêntures), seja como parte ou como garantidora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas, respeitado seu respectivo prazo de cura; **(e)** inadimplemento de qualquer operação no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, no Brasil e/ou no exterior, não sanado no respectivo prazo de cura, da Companhia e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas (incluindo quaisquer emissões de debêntures), seja como parte ou como garantidora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas, respeitado seu respectivo prazo de cura; **(f)** redução de capital social da Companhia, exceto se (1) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (2) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pelos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; **(g)** (1) incorporação (de sociedades e/ou de ações) da Companhia por quaisquer terceiros; (2) fusão ou cisão da Companhia; e/ou (3) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia, ou a realização pela Companhia de qualquer reorganização societária, exceto (I) mediante prévia aprovação dos Titulares de CRA, reunidos em assembleia geral especialmente convocada com esse fim; (II) caso Klabin Irmãos & Cia. e/ou a Niblak Participações S.A. mantiverem o controle, direto e/ou indireto, sobre mais de 51% (cinquenta e um por cento) das ações de emissão da Companhia com direito a voto; (III) se tais eventos envolverem apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia; ou (IV) a sociedade sobrevivente da referida reorganização societária assuma expressamente as obrigações da Companhia na Escritura de Emissão; **(h)** aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita no item (e) acima; **(i)** distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, observados os prazos de cura aplicáveis, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; **(j)** transformação da forma societária da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222, da Lei das Sociedades por Ações; **(k)** se a Escritura de Emissão, o Contrato de Transferência de Debêntures, o Termo de Securitização, ou qualquer de suas disposições, for declarada inválida, ineficaz, nula ou inexecutável, por qualquer lei ou decisão judicial ou sentença arbitral; **(l)** na hipótese de a Companhia e/ou qualquer de suas controladas praticar qualquer ato visando anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a Escritura de Emissão, o Contrato de Transferência de Debêntures, o Termo de Securitização, ou qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas; **(m)** caso a Escritura de Emissão, ou qualquer outro documento relacionado à operação de securitização envolvendo os CRA seja, por qualquer motivo, resiliado, rescindido ou por qualquer outra forma extinto, observado que, no que se refere a prestadores de serviço, o vencimento antecipado previsto na Escritura de Emissão somente ocorrerá após transcorrido o prazo para substituição do prestador de serviço, no prazo previsto no respectivo contrato; ou **(n)** constituição pela Companhia, controladas e coligadas, ou em decorrência de dívida ou obrigação da Companhia, controladas e coligadas de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à Securitização; **(x) Vencimento Antecipado Não Automático:** Tão logo tome ciência de qualquer um dos eventos descritos abaixo pela Companhia ou por terceiros, a debenturista deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir da Companhia o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas, nas seguintes hipóteses, exceto se a assembleia geral de Titulares de CRA deliberar pela não declaração de seu vencimento antecipado: **(a)** descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis do referido vencimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico; **(b)** não cumprimento de qualquer decisão judicial final e irrecorrível ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão, exceto se tiver oferecida em garantia da discussão judicial tempestivamente; **(c)** arresto, sequestro ou penhora de bens da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora o referido evento tiver sido sanado; **(d)** protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer de suas controladas cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado à Debenturista pela Companhia, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto; **(e)** não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, referida autorização ou licença estiver comprovadamente em processo de renovação ou se dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Companhia comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; **(f)** transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia das obrigações assumidas na Escritura de Emissão ou em qualquer documento da operação, sem a prévia anuência da Debenturista, a partir de consulta aos Titulares de CRA reunidos em assembleia geral, nos termos do Termo de Securitização, especialmente convocada para este fim; **(g)** mudança ou alteração do objeto social da Companhia de forma a alterar suas atuais atividades principais relacionadas ao agronegócio ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, salvo se aprovada previamente pela Debenturista e mantida sua característica de integrante da cadeia do agronegócio, parra gins do artigo 23 da Lei nº 11.076; **(h)** violação da Companhia e suas controladas, controladoras, coligadas, sociedades sob controle comum, bem como seus respectivos dirigentes, administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito em proveito de tais empresas, conforme reconhecido em decisão judicial, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento aplicável contra prática de atos de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada; **(i)** inobservância da legislação socioambiental em vigor, em especial, mas não se limitando, (1) à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como (2) ao incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou utilização em suas atividades mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo; **(j)** provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes, incompletas ou imprecisas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão; ou **(k)** venda, alienação e/ou transferência e/ou promessa de transferência de ativos da Companhia ou suas controladas que ultrapassem o valor, individual ou agregado, igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos ativos da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de período imediatamente anterior. **(II)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures e dos CRA e realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos: **(a)** a Escritura de Emissão; **(b)** o Contrato de Distribuição; e **(c)** o Contrato de Aquisição. **(III)** Autorizar quaisquer medidas tomadas e que venham a ser tomadas e/ou ratificar quaisquer negociações realizadas e/ou que venham a ser realizadas pela Diretoria da Companhia com relação a todos os termos e condições aplicáveis à emissão das Debêntures e à emissão dos CRA, bem como autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à emissão das Debêntures e à emissão dos CRA, que ainda não tenham sido praticados ou celebrados, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando a procurações, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados, inclusive para redução de taxa de juros das Debêntures e cancelamento de Debêntures que não forem integralizadas na Data de Integralização. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que foi lida e aprovada. São Paulo, 31 de janeiro de 2017. **Presença:** Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho, Presidente; Rosa Maria dos Santos Galvão, Secretária; Armando Klabin, Alberto Klabin, Celso Lafer, Daniel Miguel Klabin, Eduardo Lafer Piva, Hélio Seibel, Rui Manuel de Medeiros D'Espiney Patrício, Luis Eduardo Pereira de Carvalho, Roberto Klabin Martins Xavier, Roberto Luiz Leme Klabin, Vera Lafer. Rosa Maria dos Santos Galvão - Secretária da Reunião. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que foi registrado sob nº 78.682/17-4, em 10/02/2017. (a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

